

Desmatamento na Amazônia e queimadas no Pantanal: certezas construídas pelo presidente da República na Assembleia Geral da ONU

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v51i1.3330>

Helton Menezio Urtado Rocha¹

Resumo

Neste trabalho, objetivamos analisar o funcionamento da certeza enquanto um efeito de sentido em duas falas do presidente da república, Jair Bolsonaro, na Assembleia Geral da ONU. A partir de um quadro teórico-metodológico construído no diálogo entre a Semântica da Enunciação e a Análise de Discurso francesa, consideramos que a certeza constrói-se na relação entre o dizer e o não-dizer; que o político trabalha nos mecanismos de afirmação da certeza, significando em afirmações de pertencimento (ou não pertencimento) e em filiações interdiscursivas. O objeto de análise serão os acontecimentos enunciativos de que os enunciados sobre a política ambiental, a Amazônia e o Pantanal são a materialização. Mobilizando as noções de cena enunciativa, reescrituração, articulação, determinação e designação, objetivamos compreender: os argumentos do presidente da república em relação à política ambiental, ao desmatamento na Amazônia e às queimadas no Pantanal; como se caracteriza a (re)produção da polarização ideológica; a qual discurso social, político e/ou econômico os dizeres de Bolsonaro se filiam.

Palavras-chave: certeza; enunciação; discurso.

¹ Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil; helton.menezio@gmail.com; <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-6995-6479>

Deforestation in the Amazon and fires in the Pantanal: certainties built by the President of the Republic at the UN General Assembly

Abstract

In this paper, we aim to analyze the functioning of certainty as an effect of meaning in two speeches by the President of the Republic, Jair Bolsonaro, at the UN General Assembly. From a theoretical-methodological framework built on the dialogue between the Semantics of Enunciation and french Discourse Analysis, we consider that certainty is built in the relationship between saying and not saying; that the politics work in the mechanisms of affirmation of certainty, meaning in affirmations of belonging (or non-belonging) and in interdiscursive affiliations. The object of analysis will be the enunciative events that the statements about environmental policy, the Amazon and the Pantanal are the materialization. Mobilizing the notions of enunciative scene, rewriting, articulation, determination and designation, we aim to understand: the arguments mobilized by the President of the Republic in relation to environmental policy, deforestation in the Amazon and fires in the Pantanal; how the (re)production of ideological polarization is characterized; which social, political and/or economic discourse Bolsonaro's sayings are affiliated with.

Keywords: certainty; enunciation; discourse.

Apresentação

Neste trabalho, objetivamos entender o funcionamento de certezas sobre a política ambiental do atual governo federal, o desmatamento na Amazônia e as queimadas no Pantanal. Para isso, tomaremos tais certezas “como efeitos de sentido, examinando seus processos de constituição, seus modos de significação e seus efeitos” (ELIAS DE OLIVEIRA; CASTRO, 2020, p. 2). O *corpus* selecionado para análise foi extraído de duas falas do presidente da República, Jair Bolsonaro. A primeira ocorreu em 2019, na abertura da 74ª Assembleia Geral da ONU; e a segunda ocorreu em 2020, na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU.

Mais especificamente, no caminho aberto por Elias de Oliveira (2020), objetivamos mostrar que as enunciações sobre a política ambiental do governo Bolsonaro se dão a partir de uma posição-sujeito neoliberal ocupada pelo Locutor no interdiscurso, posição essa que submete a política ambiental à política econômica. Quanto ao desmatamento na Amazônia e às queimadas no Pantanal, as enunciações caracterizam-se pela (re)divisão do real e pelo apelo à polarização ideológica, que submete a razão (*logos*) às emoções (*páthos*), sendo por isso *enunciações patéticas* (ZOPPI FONTANA, 2018). Por fim, mostraremos que tais enunciações beiram o delírio e a loucura, constituindo-se como exemplos de *ridículo político* (TIBURI, 2018), pois estão a serviço de inverdades e da necropolítica (MBEMBE, 2018).

Fundamentação teórica

A enunciação é um acontecimento de linguagem, que se faz pelo funcionamento da língua (GUIMARÃES, 2005). Enquanto origem do dizer, os falantes não escolhem uma forma para dizer algo: eles são agenciados a “dizer pelo modo como as formas linguísticas se constituíram sócio-historicamente e pelo modo como o espaço de enunciação distribui as línguas, e os modos de dizer e o que dizer, para seus falantes” (GUIMARÃES, 2009, p. 50).

Por espaço de enunciação entendemos um espaço político regulado, onde as línguas e os falantes são divididos desigualmente. Aqui, o político é entendido como a “contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos” (GUIMARÃES, 2005, p. 16). Em outras palavras, o político diz respeito à contradição instalada no centro do dizer. No espaço de enunciação, os falantes, por exemplo, não têm os mesmos direitos ao dizer e aos modos de dizer. Por sua vez, a língua “é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos” (*ibid.*, p. 18).

Ao analisarmos a constituição de certezas sobre a política ambiental, o desmatamento na Amazônia e as queimadas no Pantanal, vamos também trabalhar com a noção de *ridículo político* (TIBURI, 2018). Por ridículo político entendemos a deturpação da política, a “forma visível da crise do político, enquanto o poder o utiliza justamente para acobertar essa crise²” (TIBURI, 2018, p. 15). A contradição instalada no centro do dizer ainda se faz presente, porém a política serve agora à “produção de inverdades de todo tipo” (TIBURI, 2018, p. 10). Podemos dizer que a política brasileira está hoje à serviço da criação do caos, o que nos levaria à suspensão do estado de direito e, conseqüentemente, a uma necropolítica, que é a submissão da vida ao poder da morte (MBEMBE, 2018). Esse poder da morte “continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir a mesma exceção, emergência e inimigo ficcional” (MBEMBE, 2018, p. 17).

Enquanto acontecimento, a enunciação caracteriza-se por uma temporalidade própria e pelo “real a que o dizer se expõe ao falar dele” (GUIMARÃES, 2005, p. 11). Essa temporalidade constitui-se a partir de um “presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade)” (*ibid.*, p. 12). Sem essa projeção para o futuro, não há acontecimento de linguagem, uma vez que o interpretável é excluído. Nesse sentido, “todo acontecimento

2 A noção de político, em Tiburi (2018, p. 13), diz respeito aos “jogos de poder”, que resultam nas relações de “dominação, exploração, repressão, hierarquia, controle, disciplina ou simples sedução”. Trata-se, como vemos, de uma noção diversa da de Guimarães (2005), apresentada no parágrafo anterior.

de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro" (*ibid.*, p. 12). Por sua vez, o presente e o futuro do acontecimento funcionam em relação a um passado de dizeres (memorável) recortado no acontecimento. O sujeito, ao dizer, inscreve-se no interdiscurso, entendido como uma memória de sentidos, conjunto do dizível historicamente determinado (PÊCHEUX, 2009; ORLANDI, 2010).

Metodologia de análise

Estudamos o funcionamento da certeza no *corpus* a partir da designação de palavras/expressões como: *liberdade econômica, proteção ambiental, agronegócio, legislação ambiental, preservação do meio ambiente, desenvolvimento sustentável, florestas tropicais, emissão de gás carbono, vegetação nativa, terra indígena, índio, reservas lanomâmi e Raposa Serra do Sol, terras ricas, áreas já desmatadas, crime ambiental, Região Amazônica e Pantanal*. Por designação entendemos a "relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história" (GUIMARÃES, 2005, p. 9).

Tomamos essas palavras/expressões nos enunciados de que fazem parte, sem nos esquecermos de que os enunciados fazem parte de um texto. Por enunciado entendemos um "elemento lingüístico próprio do acontecimento do funcionamento da língua quando um locutor diz algo" (GUIMARÃES, 2010, p. 122). Enquanto tal, ele possui uma consistência interna e uma "independência relativa com relação às sequências lingüísticas de que faz parte" (*ibid.*, p. 122). Já o texto, para nós, é uma unidade complexa de significação que integra enunciados no acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2011a). Assim, nossa posição é anticomposicional, pois o sentido de um texto não se constitui pela soma de suas partes: ele se dá "pelo modo de relação de uma expressão com outras expressões do texto" (GUIMARÃES, 2005, p. 28).

Isso posto, tomaremos alguns recortes extraídos das duas falas do presidente da República. Nesses recortes, analisaremos os enunciados. Por recorte entendemos um "fragmento do acontecimento da enunciação" (GUIMARÃES, 2011a, p. 44). Ele se caracteriza pelas "formas linguísticas que aparecem correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento" (*ibid.*, p. 44), não sendo, pois, uma simples sequência.

Nas análises, recorreremos aos processos de determinação, articulação e reescrituração, sendo esta um procedimento de "deriva do sentido próprio da textualidade" (GUIMARÃES, 2005, p. 27). Segundo Guimarães (2007, p. 79), a determinação é a "relação fundamental para o sentido das expressões lingüísticas". Ela se constitui na medida em que uma expressão determina outra no acontecimento enunciativo. Já a articulação é entendida como "uma relação de contiguidade significada pela enunciação" (GUIMARÃES, 2009, p. 51), podendo ocorrer por: dependência, coordenação e incidência. A reescrituração é o "procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito

fazendo interpretar uma forma como diferente de si” (GUIMARÃES, 2007, p. 84). Ela pode ocorrer por: repetição, substituição, elipse, expansão, condensação, definição e aposição (GUIMARÃES, 2007, 2009, 2011b). No acontecimento, a reescrituração pode produzir o sentido de uma: sinonímia, especificação, desenvolvimento, generalização, totalização e enumeração (GUIMARÃES, 2007, 2009).

Por último, mobilizaremos a noção de cena enunciativa (GUIMARÃES, 2005, 2018). A cena enunciativa diz respeito ao modo específico de acesso à palavra pelo falante a partir das relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas. Segundo Guimarães (2018), temos o Locutor, o alocutor-x e o enunciador (individual, coletivo, universal e genérico), numa relação de alocação com o Locutário, cujo lugar social é representado pela figura do alocutário-x. O Locutor representa-se como fonte do dizer; o alocutor-x é o lugar social de dizer, sendo x uma variável (por exemplo, alocutor-presidente da República); e o enunciador é o lugar de dizer simplesmente. Na “cena enunciativa ‘aquele que fala’ ou ‘aquele para quem se fala’ não são pessoas mas uma configuração do agenciamento enunciativo” (GUIMARÃES, 2005, p. 23). A enunciação é uma “prática política e não individual ou subjetiva”, pois falar “é assumir a palavra neste espaço dividido de línguas e falantes” (*ibid.*, p. 22).

As análises

Política ambiental

Na abertura da 74ª Assembleia Geral da ONU, o Locutor fala por cerca de trinta e um minutos. Enquanto presidente da República, ele possui como Locutário o “Senhor Presidente da Assembleia Geral, Tijjani Muhammad-Bande”; o “Senhor Secretário-Geral da ONU, António Guterres”; “Chefes de Estado, de Governo e de Delegação”, a quem o Locutor inicialmente se dirige por meio de enunciados vocativos, os quais sofrem um processo de reescritura por condensação três vezes por *Senhoras e Senhores*, produzindo os sentidos de generalização e enumeração. Por sua vez, na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU, o Locutor, ao falar do Brasil³ como presidente da República por cerca de catorze minutos, dirige-se ao “Senhor presidente da Assembleia Geral, Volkan Bozkir”; ao “Senhor secretário-geral da ONU, António Guterres”; a “Chefes de Estado, de governo e de delegação”, aos quais ele se dirige igualmente por meio de enunciados vocativos, que sofrem um processo de reescritura por condensação apenas uma vez por *Senhoras e senhores*.

No que diz respeito aos argumentos sobre a política ambiental, que, como mostraremos, está relacionada ao desmatamento na Amazônia e às queimadas no Pantanal, analisaremos sete recortes. Vejamos o primeiro, extraído da fala do presidente da República na abertura da 74ª Assembleia Geral da ONU:

3 Essa fala foi gravada no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), devido à pandemia de Covid-19.

- (1) Não pode haver liberdade política sem que haja também liberdade econômica.

Em (1), *liberdade* é determinada por *política* e, em seguida, numa relação de desenvolvimento, é reescriturada por repetição por *liberdade*, que, por conseguinte, é determinada por *econômica*. Na cena enunciativa, o Locutor mobiliza um enunciador universal. Trata-se de um dizer fora da história, ou seja, um lugar de dizer que se apresenta como não sendo social. No interdiscurso, o Locutor ocupa uma posição-sujeito neoliberal, que significa um sujeito intencional, responsável pelo seu destino político e econômico, pois este seria feito por ele, racionalmente. Comparemos, agora, o recorte (1) ao (2), retirado da mesma fala:

- (2) Estamos prontos também para iniciar nosso processo de adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Já estamos adiantados, adotando as práticas mundiais mais elevadas em todos os terrenos, desde a regulação financeira até a proteção ambiental.

Na cena enunciativa de (2), considerando as expressões *Estamos prontos também* e *Já estamos adiantados*, temos um enunciador coletivo projetado sobre o Locutor, autorizado a falar como presidente da República. Em seguida, as expressões *regulação financeira* e *proteção ambiental*, numa relação de enumeração, reescrevem por expansão *práticas mundiais mais elevadas em todos os terrenos*, que, por sua vez, determinam *processo de adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)*. Levando em conta o operador argumentativo (DUCROT, 2008) *até*, o Locutor apresenta *proteção ambiental* como o argumento mais forte. No acontecimento, o passado recorta o memorável do Brasil como um país protetor do meio ambiente. No entanto, essa preocupação está relacionada à preocupação econômica, como nos atesta a expressão *regulação financeira*.

Avancemos com o recorte (3), presente na fala de abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU:

- (3) Nosso agronegócio continua pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando a melhor legislação ambiental do planeta.

Aqui, o Locutor mobiliza um enunciador coletivo, como nos atesta a forma *Nosso*. Considerando o verbo *continua*, temos um conteúdo posto e um conteúdo pressuposto. Aquilo que é dado como posto se refere à atual força do agronegócio, que possui e respeita, “acima de tudo”, a “melhor legislação ambiental do planeta”. De um lado, o passado no acontecimento recorta como memorável a necessidade de o agronegócio preservar o meio ambiente; de outro, o acontecimento projeta como interpretável o Brasil como um país que mais protege o meio ambiente no mundo. O pressuposto refere-se ao conteúdo

segundo o qual o agronegócio já possuía essas qualidades atribuídas pelo Locutor, que, ao mobilizar um enunciador coletivo, se significa como membro do agronegócio e, assim, se inscreve no interdiscurso em uma posição-sujeito neoliberal, posição essa que encontramos também abaixo, presente na fala de abertura da 74ª Assembleia Geral da ONU:

(4) [a] Senhorita YSANY KALAPALO, indígena aqui presente do Brasil, agora vamos falar de Amazônia.

[b] Em primeiro lugar, meu governo tem um compromisso solene com a preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável em benefício do Brasil e do mundo.

Nesse recorte, temos um enunciado vocativo, que “se articula por incidência na relação com os outros enunciados” (GUIMARÃES, 2018, p. 261). Na cena enunciativa de (4a), o Locutor dirige-se a um novo Locutário. Se considerarmos o lugar social de dizer, a alocução se dá entre um alocutor-presidente da República e um alocutário-índio, com quem o Locutor, mobilizando um enunciador coletivo – como nos atesta a forma *vamos* –, passa a falar sobre a Amazônia aos demais Locutários. Em outras palavras, o enunciador coletivo, projetado sobre o dizer do Locutor, significa o lugar social de presidente da República e o lugar social de índio a partir dos quais se fala sobre a Amazônia aos Locutários presentes na assembleia, como mostram os enunciados vocativos acima. Já em (4b), se considerarmos a expressão *meu governo*, o Locutor mobiliza um enunciador individual, que se representa como independente da história. Com isso, o Locutor se significa como chefe do governo brasileiro e, ao mobilizar o enunciador coletivo em (3a), ele se significa apoiado pelo lugar social de índio. No acontecimento de enunciação, o recorte (4) projeta como interpretável o apoio dos índios brasileiros, representados por Isany Kalapalo, ao governo brasileiro, cujo chefe é o Locutor. Assim, Isany Kalapalo é significada no acontecimento de enunciação como se estivesse autorizada a falar em nome dos índios, como se ela fosse porta-voz deles. Não se trata aqui da figura do porta-voz tal qual definiu Pêcheux (1990, p. 17), “ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento”, pois Isany Kalapalo não fala, apenas testemunha a fala do Locutor. O dizer deste sobre a Amazônia significa no acontecimento o dizer dominante, utilizado como “forma de manutenção do poder” (RIBEIRO, 2019). Esse poder materializa-se na expressão *meu governo*, determinada por *preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável*, onde a conjunção integrante e relaciona a preservação ambiental à preservação do desenvolvimento econômico. Novamente, o Locutor ocupa no interdiscurso uma posição-sujeito neoliberal segundo a qual é possível conciliar a proteção e a exploração do meio ambiente.

Como podemos ver, a relação entre a economia e o meio ambiente está presente na constituição de certezas sobre a política ambiental. Na fala de abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU, o Locutor, por exemplo, diz:

- (5) Somos líderes em conservação de florestas tropicais. Temos a matriz energética mais limpa e diversificada do mundo.

Mesmo sendo uma das 10 maiores economias do mundo, somos responsáveis por apenas 3% da emissão de carbono.

Garantimos a segurança alimentar a um sexto da população mundial, mesmo preservando 66% de nossa vegetação nativa e usando apenas 27% do nosso território para a pecuária e agricultura. Números que nenhum outro país possui.

Na cena enunciativa desse recorte, o Locutor mobiliza um enunciador coletivo, como nos atestam as formas *Somos/somos*, *Temos*, *Garantimos*, *nossa* e *nosso*. Considerando o enunciado *Números que nenhum outro país possui*, podemos afirmar que o enunciador coletivo projetado sobre o dizer do Locutor significa não apenas o governo, mas também o Estado brasileiro. Nesse sentido, o Locutor, ao falar a partir do lugar social de presidente da República na 75ª Assembleia Geral da ONU, fala como chefe de governo e de Estado. Trata-se de uma autoridade que garante a validade do que é dito. Ao dizer, por exemplo, *Mesmo sendo uma das 10 maiores economias do mundo, somos responsáveis por apenas 3% da emissão de carbono*, o operador argumentativo *apenas* e o número *3%* orientam para a conclusão segundo a qual o Brasil polui pouco a atmosfera, apesar de ser uma das "10 maiores economias do mundo". Por sua vez, em *Garantimos a segurança alimentar a um sexto da população mundial, mesmo preservando 66% de nossa vegetação nativa e usando apenas 27% do nosso território para a pecuária e agricultura*, o operador argumentativo *apenas* e o número *27%* orientam para a conclusão segundo a qual a pecuária e a agricultura brasileiras não prejudicam o meio ambiente, pois 66% da vegetação nativa está, segundo o Locutor, preservada. O número *66%* orienta argumentativamente para a conclusão de que mais da metade da vegetação nativa está preservada.

Tendo isso em consideração, podemos concluir que, em (5), a matemática serve de suporte para a argumentação conduzir à certeza de que o Brasil preserva o meio ambiente. O sistema numérico integra o sistema linguístico, isto é, os números fazem parte de enunciados. Mais especificamente, se voltarmos a *Mesmo sendo uma das 10 maiores economias do mundo, somos responsáveis por apenas 3% da emissão de carbono*, e também se voltarmos a *Garantimos a segurança alimentar a um sexto da população mundial, mesmo preservando 66% de nossa vegetação nativa e usando apenas 27% do nosso território para a pecuária e agricultura*, encontramos encadeamentos transgressivos (CAREL; DUCROT, 2005 *apud* GOMES; MANASSI; SANTOS, 2016), nos quais os números cardinais (*10*, *3%*, *66%*, *27%*) e fracionários (*um sexto*) são importantes para a constituição da certeza enquanto um efeito de sentido. Tais números, ao constituírem o dizer do Locutor, determinam a posição-sujeito deste no interdiscurso, podendo ser vistos como um recurso de defesa àqueles que criticam a sua política ambiental. Desse modo, a matemática transforma-se na linguagem do poder, constituindo a ideologia da certeza (BORBA; SKOVSMOSE, 1997).

A fim de entendermos melhor a política ambiental do governo Bolsonaro, avancemos com o recorte (6), que faz parte da fala de abertura da 74ª Assembleia Geral da ONU:

- (6) [a] Hoje, 14% do território brasileiro está demarcado como terra indígena, [b] mas é preciso entender que nossos nativos são seres humanos, exatamente como qualquer um de nós. [c] Eles querem e merecem usufruir dos mesmos direitos de que todos nós.

Em (6a), *terra indígena* determina 14% do território brasileiro. Aqui, interessa-nos observar que o enunciado (6a) orienta argumentativamente para a preservação do meio ambiente. Na cena enunciativa, o Locutor divide-se em presidente da República e enunciador universal. Já (6b), considerando o operador argumentativo *mas*, orienta em sentido contrário, ou seja, para a não-conservação do meio ambiente. O Locutor mobiliza desta vez um enunciador coletivo, como nos atesta a forma *nossos*. No acontecimento de enunciação, (6b) recorta como memorável a igualdade entre índios e brasileiros. O *mas* incide sobre esse memorável, que supostamente garante o direito à exploração das terras indígenas, uma vez que a liberdade política, como vimos, está, segundo o Locutor, condicionada à liberdade econômica. E uma vez que os brasileiros, ainda de acordo com o Locutor, possuem essa liberdade político-econômica, os índios também devem tê-la. Em (6c), numa relação de totalização, *Eles* reescrevem por substituição *nativos*, que é determinada por *querem e merecem usufruir dos mesmos direitos de que todos nós*, materializando o memorável em (6b). Articulando (6c) a (6b), encontramos uma oposição entre “[todos] nós” (os presentes na 74ª Assembleia Geral da ONU) e “eles” (os indígenas brasileiros). Essa oposição se deve ao político, que instala uma contradição e (re)divide o real.

É, pois, dessa forma que a política ambiental do atual governo brasileiro se constitui no dizer do presidente da República, na abertura da 74ª e da 75ª Assembleia Geral da ONU. Podemos afirmar que a política ambiental se dá a partir de uma política econômica neoliberal que condiciona a liberdade política à econômica. Em outras palavras, a suposta “liberdade econômica” é condição indispensável para haver “liberdade política”. Esta não significa no acontecimento de enunciação, por exemplo, direitos garantidos a todos os cidadãos e a todas às cidadãs pelo Estado. Politicamente, só é livre quem é economicamente independente. Sendo assim, os índios, segundo a posição-sujeito do Locutor no interdiscurso, não são livres, já que eles não exploram suas terras, tornando-as “produtivas”. A título de ilustração, e finalizando esta subseção, vejamos o recorte (7), retirado da fala de abertura da 74ª Assembleia Geral da ONU:

- (7) O Brasil agora tem um presidente que se preocupa com aqueles que lá estavam antes da chegada dos portugueses, em 1500. O índio não quer ser latifundiário pobre em cima de terras ricas. Especialmente das terras mais ricas do mundo. É o caso das reservas Ianomâmi e Raposa Serra do Sol. Nessas reservas, existe grande abundância de ouro, diamante, urânio, nióbio e terras raras, entre outros.

A partir desse recorte, podemos pressupor que, com exceção do Locutor, nenhum outro presidente da República se preocupou com os índios, pois eles, até então, segundo o mesmo Locutor, embora queiram, não podem explorar suas terras. Aqui, o Locutor pode ser visto como um porta-voz dos índios, representados por Isany Kalapalo. De um lado, *índio* é determinado por *não quer ser latifundiário pobre em cima de terras ricas*, o que nos permite pressupor que ele, de acordo com o Locutor, quer ser um latifundiário rico; de outro, *terras ricas*, numa relação de especificação, é reescriturada por substituição por *terras mais ricas do mundo*, que, por sua vez, é reescriturada por definição por *reservas lanomâmi e Raposa Serra do Sol*, produzindo uma outra especificação. Não obstante, *reservas lanomâmi e Raposa Serra do Sol* é determinada por *grande abundância de ouro, diamante, urânio, nióbio e terras raras, entre outros*. No acontecimento, o futuro projeta como interpretável a necessidade de o Locutor, a partir do lugar social de presidente da República, regularizar a exploração das reservas indígenas mencionadas.

Desmatamento na Amazônia

Na fala de abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU, podemos ver que a Amazônia não sofre apenas com o desmatamento:

- (8) [a] Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente nos mesmos lugares, no entorno leste da Floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas.
- [b] Os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação. Mantenho minha política de tolerância zero com o crime ambiental. Juntamente com o Congresso Nacional, buscamos a regularização fundiária, visando identificar os autores desses crimes.
- [c] Lembro que a Região Amazônica é maior que toda a Europa Ocidental. Daí a dificuldade em combater, não só os focos de incêndio, mas também a extração ilegal de madeira e a biopirataria. Por isso, estamos ampliando e aperfeiçoando o emprego de tecnologias e aprimorando as operações interagências, contando, inclusive, com a participação das Forças Armadas.

Em (8a), o Locutor mobiliza inicialmente um enunciador coletivo, como nos atesta a expressão *Nossa floresta*, que é determinada por *úmida* e por *não permite a propagação de fogo*. Em seguida, *em seu interior* reescritura por elipse *Nossa floresta*, produzindo o sentido de uma especificação. Aqui, o acontecimento recorta como memorável o clima tropical e úmido da Amazônia. Como interpretável, temos a negação das queimadas. Adiante, o sintagma nominal *Os incêndios* é determinado pela expressão *nos mesmos lugares*, que, por sua vez, numa relação de especificação, é reescriturada por substituição pela expressão *no entorno leste da Floresta*, que, não obstante, é determinada por *onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já*

desmatadas. Neste ponto, temos uma contradição, pois o Locutor nega explicitamente que a floresta pega fogo e afirma implicitamente que nela há incêndios. O futuro do acontecimento projeta como interpretável o enunciado segundo o qual o responsável pelas queimadas são o caboclo e o índio, não o agronegócio, que, segundo o Locutor, respeita a legislação ambiental.

Analisemos agora (8b). Inicialmente, *criminosos* determina *Os focos*. Por sua vez, a expressão *Os focos criminosos* é determinada por *combatidos com rigor e determinação*. Em seguida, *minha política de tolerância zero com o crime ambiental* reescritura por *expansão combatidos com rigor e determinação*, produzindo o sentido de uma especificação. O Locutor mobiliza um enunciador individual, como nos atestam as formas *Mantenho e minha*. Em *Juntamente com o Congresso Nacional, buscamos a regularização fundiária, visando identificar os autores desses crimes*, podemos ver que o Locutor mobiliza um enunciador coletivo. A expressão *Os focos criminosos*, numa relação de especificação, é reescriturada por substituição por *crimes*. No acontecimento, temos como interpretável o enunciado segundo o qual a ausência de leis fundiárias no Brasil estimula os “focos criminosos” causados por caboclos e índios, os quais representam, segundo a posição-sujeito sustentada pelo Locutor no interdiscurso, o atraso. Nesse sentido, o agronegócio representa para o Locutor o que há de moderno, pois, segundo o que ele diz a partir do lugar social de presidente da República, o agronegócio respeita a “melhor legislação ambiental do planeta”. Aqui, a mobilização dos enunciadores individual e coletivo pelo Locutor significa a preocupação do chefe do poder executivo e do Estado brasileiro com o meio ambiente.

Finalmente, vejamos (8c), em que o Locutor mobiliza também dois enunciadores, um individual e outro coletivo, como nos atestam respectivamente as formas *Lembro e estamos*. Inicialmente, *Região Amazônica* é determinada por *maior que toda a Europa Ocidental*. Em seguida, podemos dizer que na região amazônica há incêndio, extração ilegal de madeira e biopirataria, o que contradiz novamente o Locutor, quando este, por exemplo, diz, tal como encontramos no recorte (2): *Já estamos adiantados, adotando as práticas mundiais mais elevadas em todos os terrenos, desde a regulação financeira até a proteção ambiental*. No enunciado *Por isso, estamos ampliando e aperfeiçoando o emprego de tecnologias e aprimorando as operações interagências, contando, inclusive, com a participação das Forças Armadas*, presente em (8c), destacamos o operador argumentativo *inclusive*, que traz como argumento mais forte a participação das Forças Armadas na proteção ao meio ambiente.

Queimadas no Pantanal

A menção ao Pantanal é feita duas vezes e somente na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU. Analisemos a segunda ocorrência:

- (9) O nosso Pantanal, com área maior que muitos países europeus, assim como a Califórnia, sofre dos mesmos problemas. As grandes queimadas são consequências inevitáveis da alta temperatura local, somada ao acúmulo de massa orgânica em decomposição.

A expressão *O nosso Pantanal* é determinada, de um lado, por *com área maior que muitos países europeus, assim como a Califórnia*; de outro, é determinada por *sofre com os mesmos problemas*, que, numa relação de especificação, é reescriturada por substituição por *As grandes queimadas*. Tendo isso em consideração, o acontecimento projeta como interpretável os enunciados: 1) Os problemas do Pantanal são as grandes queimadas; 2) O estado da Califórnia, nos EUA, também sofre dos mesmos problemas; 3) Não é só o Brasil que possui grandes queimadas, os EUA também possuem esses problemas; 4) Se o Brasil for criticado pela comunidade internacional devido às grandes queimadas no Pantanal, os EUA também devem sê-lo, devido às grandes queimadas na Califórnia; 5) É difícil combater as grandes queimadas no Pantanal, pois esta região é maior do que muitos países europeus. Além disso, *As grandes queimadas* é determinada por *consequências inevitáveis da alta temperatura local, somada ao acúmulo de massa orgânica em decomposição*. Daí podermos afirmar que, segundo o Locutor, o Brasil não pode ser responsabilizado pelas queimadas no Pantanal, uma vez que elas são inevitáveis, provocadas pela “alta temperatura local” e pelo “acúmulo de massa orgânica em decomposição”, expressões essas que determinam *As grandes queimadas*.

Polarização ideológica

Voltemos à fala de abertura da 74ª Assembleia Geral da ONU. Nela, encontramos uma disjunção entre um novo e um velho Brasil, entre democracia e ditadura, entre capitalismo e socialismo/comunismo, entre liberdade e falta de liberdade, entre riqueza e pobreza. Além disso, identificamos um alinhamento entre civis, militares e democracia, em oposição ao socialismo, alinhado à ditadura. Vejamos, logo no início, a disjunção entre um velho e um novo Brasil:

- (10) Apresento aos senhores um novo Brasil, que ressurge depois de estar à beira do socialismo.

[...]

Meu país esteve muito próximo do socialismo, o que nos colocou numa situação de corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições.

Em (10), o Locutor mobiliza um enunciador individual, como nos atesta as formas *Apresento* e *Meu*. A expressão *um novo Brasil* é determinada por *depois de estar à beira do socialismo*, e isso nos permite dizer que o novo Brasil opõe-se ao socialismo, ao contrário do velho. Em seguida, *país* é determinado por *socialismo*, que, numa relação de

enumeração, é reescriturado por desenvolvimento por *situação de corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições*. O Locutor mobiliza dessa vez um enunciador coletivo, como nos atesta a forma *nossas*. O enunciador individual se significa como chefe de governo e de Estado, e o enunciador coletivo se significa como parte de um todo, o que produz um efeito de unidade do povo brasileiro, como se não houvessem no Brasil outras formas de constituição da família, além daquela tida como tradicional, e como se não houvessem também outras religiões além do cristianismo, como as de matriz africana, por exemplo. Avancemos:

- (11) A história nos mostra que, já nos anos 60, agentes cubanos foram enviados a diversos países para colaborar com a implementação de ditaduras.

Há poucas décadas tentaram mudar o regime brasileiro e de outros países da América Latina.

Foram derrotados!

Civis e militares brasileiros foram mortos e outros tantos tiveram suas reputações destruídas, mas vencemos aquela guerra e resguardamos nossa liberdade.

[...]

Trabalhamos com outros países, entre eles os EUA, para que a democracia seja restabelecida na Venezuela, mas também nos empenhamos duramente para que outros países da América do Sul não experimentem esse nefasto regime.

O Foro de São Paulo, organização criminosa criada em 1990 por Fidel Castro, Lula e Hugo Chávez para difundir e implementar o socialismo na América Latina, ainda continua vivo e tem que ser combatido.

Tal como afirmam Brandão e Benayon (2021), que analisam os processos de produção de certezas que negam a ditadura militar brasileira, entendemos, a partir dos autores, que o dizer do presidente da República, em (11), está em disputa pela memória coletiva, e isso se dá pelo funcionamento do retorno de sentidos a partir da atualização de uma memória discursiva. De um lado, *ditaduras* determina *agentes cubanos*; de outro, *liberdade* determina *Civis e militares brasileiros*, produzindo um apagamento dos crimes praticados pela ditadura militar brasileira. Finalmente, há uma relação de inimizade interna e externa. Essa inimizade está, a nosso ver, relacionada à necropolítica (MBEMBE, 2018). Em (11), os inimigos são: o socialismo, o Foro de São Paulo, Fidel Castro, Lula e Hugo Cháves.

As relações de inimizade estendem-se também à “mídia internacional” e aos países que criticam a política ambiental do presidente da República. Vejamos abaixo como elas se dão:

- (12) O Brasil é um dos países mais ricos em biodiversidade e riquezas minerais.

Nossa Amazônia é maior que toda a Europa Ocidental e permanece praticamente intocada. Prova de que somos um dos países que mais protegem o meio ambiente.

Nesse recorte, *Brasil* é, numa relação de especificação, reescriturado por definição por *um dos países mais ricos em biodiversidade e riquezas minerais*. Em seguida, a expressão *Nossa Amazônia* é determinada por *maior que toda a Europa Ocidental* e por *permanece praticamente intocada*, que, por sua vez, funciona como prova de que o Brasil é “um dos países que mais protegem o meio ambiente”. Aqui, o advérbio *praticamente* permite-nos dizer que a Amazônia é, segundo o Locutor, quase intocada; sua ausência no enunciado produziria o efeito de inverdade no dizer; no entanto, seu uso marca uma crença do Locutor e essa crença serve como “prova”, ou seja, como certeza daquilo que é dito. O Locutor continua:

- (13) Nesta época do ano, o clima seco e os ventos favorecem queimadas espontâneas e criminosas. Vale ressaltar que existem também queimadas praticadas por índios e populações locais, como parte de sua respectiva cultura e forma de sobrevivência.

Em (13), temos como pressuposto as queimadas no Brasil. Segundo o Locutor, elas se devem ao clima seco, ao vento, às ações criminosas, aos índios e às populações locais. Isso contradiz o que se afirma no recorte (12), segundo o qual a Amazônia “permanece praticamente intocada”, provando que o Brasil é “um dos países que mais protegem o meio ambiente”. Avancemos com o recorte (14):

- (14) Problemas qualquer país os tem. Contudo, os ataques sensacionalistas que sofremos por grande parte da mídia internacional devido aos focos de incêndio na Amazônia despertaram nosso sentimento patriótico.

Nesse recorte, *Problemas* reescritura por condensação, em (13), de um lado, *queimadas espontâneas e criminosas*; de outro, reescritura *queimadas praticadas por índios e populações locais*. Como resultado, temos uma generalização. Em seguida, *Problemas* é, em (14), reescriturada por definição por *focos de incêndio na Amazônia*, produzindo o sentido de uma especificação. Na cena enunciativa, temos um enunciador coletivo projetado sobre o Locutor. Esse enunciador significa os brasileiros e as brasileiras, pois aqui temos um efeito de unidade do povo brasileiro. Se considerarmos que o Locutor, ao falar como presidente da República, fala como chefe de governo e de Estado, o que se encontra em (14) condiciona os “ataques sensacionalistas” também ao povo e não apenas ao governo, fazendo-nos entender que “grande parte da mídia internacional” está contra o povo brasileiro, não contra a política ambiental do atual governo brasileiro, do qual o Locutor é chefe. Essa distinção é fundamental, uma vez que o Locutor, a nosso ver, mistura uma questão de governo (a política ambiental) com uma questão de Estado

(a soberania nacional). Para ele, criticar a política ambiental de seu governo é fazer um ataque à soberania do Brasil. Avancemos:

- (15) É uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a nossa floresta é o pulmão do mundo.

Em (15), o dizer do Locutor, sobre o qual se projeta um enunciador coletivo, se opõe ao dizer dos cientistas. Numa relação de substituição, *Amazônia* é reescriturada por *nossa floresta*, produzindo o sentido de uma especificação; por sua vez, *nossa floresta* é reescriturada por *pulmão do mundo*, produzindo o sentido de uma sinonímia. Note-se, porém, que essa sinonímia é negada pelo Locutor, que a considera uma falácia. Aqui, *falácia* reescreve por definição os enunciados *A Amazônia é patrimônio da humanidade*, atribuído a um enunciador genérico, e *A floresta amazônica é o pulmão do mundo*, atribuído a um enunciador coletivo. No encadeamento seguinte:

- (16) Valendo-se dessas falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa, com espírito colonialista.

Questionaram aquilo que nos é mais sagrado: a nossa soberania!

Vemos que a expressão *um ou outro país* é determinada por *embarcou nas mentiras da mídia*, e isso nos permite pressupor que, segundo o Locutor, a mídia e alguns países mentem sobre o meio ambiente no Brasil. Mais ainda: *se portou de forma desrespeitosa, com espírito colonialista* determina *um ou outro país*, permitindo-nos afirmar que um país foi desrespeitoso com o Brasil, ameaçando a sua soberania. Numa relação de aposição, *nossa soberania*, em seguida, reescritura por substituição *aquilo que nos é mais sagrado*. Novamente, o Locutor mistura uma questão de governo com uma questão de Estado: para ele, a soberania brasileira está ameaçada quando um outro país critica a política ambiental de seu governo. Assim, o dizer do Locutor, a fim de obter uma unidade imaginária interna, constrói inimigos externos que ameaçam a nação. A título de exemplificação, vejamos o recorte abaixo, a partir do qual podemos pressupor que o Brasil está em “guerra informacional” com governos estrangeiros:

- (17) Existem, no Brasil, 225 povos indígenas, além de referências de 70 tribos vivendo em locais isolados. Cada povo ou tribo com seu cacique, sua cultura, suas tradições, seus costumes e principalmente sua forma de ver o mundo.

A visão de um líder indígena não representa a de todos os índios brasileiros. Muitas vezes alguns desses líderes, como o Cacique Raoni, são usados como peça de manobra por governos estrangeiros na sua guerra informacional para avançar seus interesses na Amazônia.

Nesse recorte, é interessante observarmos que o dito sobre o Cacique Raoni, contraditoriamente, não se aplica a Ysany Kalapalo. Além disso, o efeito de unidade do povo brasileiro não se aplica aos povos indígenas. O nome próprio *Brasil* é determinado por *225 povos indígenas e 70 tribos vivendo em locais isolados*. Vemos uma divisão entre o povo brasileiro e os índios, que, segundo o Locutor, não são representados pela “visão de um líder indígena” ou por “alguns desses líderes”, tal como o Cacique Raoni, “usados como peça de manobra por governos estrangeiros na sua guerra informacional para avançar seus interesses na Amazônia”. O próximo recorte vai no mesmo sentido:

- (18) [...] A reserva lanomâmi, sozinha, conta com aproximadamente 95 mil km², o equivalente ao tamanho de Portugal ou da Hungria, embora apenas 15 mil índios vivam nessa área.

Isso demonstra que os que nos atacam não estão preocupados com o ser humano índio, mas sim com as riquezas minerais e a biodiversidade existentes nessas áreas.

Em (18), *reserva lanomâmi* é determinada por *sozinha, conta com aproximadamente 95 mil km², o equivalente ao tamanho de Portugal ou da Hungria, embora apenas 15 mil índios vivam nessa área*. No acontecimento, temos como memorável a importância da reserva lanomâmi, onde vivem, segundo o Locutor, 15 mil índios. Nesse ponto, o acontecimento projeta como interpretável a necessidade de o Brasil proteger essa reserva. Em seguida, *isso* reescritura por substituição todo o enunciado, produzindo o sentido de uma totalização. Aqui, destacamos o verbo *demonstra*, que assinala uma certeza do Locutor, a saber: aqueles que o “atacam” estão interessados nas riquezas minerais e na biodiversidade existentes em áreas como a reserva lanomâmi. Dessa forma, constrói-se na enunciação a imagem de inimigos externos indefinidos, o que justifica a postura de inimizade do Locutor. Para encerrarmos, vejamos um exemplo dessa inimizade no recorte abaixo:

- (19) Também rechaçamos as tentativas de instrumentalizar a questão ambiental ou a política indigenista, em prol de interesses políticos e econômicos externos, em especial os disfarçados de boas intenções.

Concluindo, vemos que a construção de inimigos externos, como as análises acima mostraram, beira o delírio e a loucura, sendo um exemplo de ridículo político (TIBURI, 2018) que caracteriza o governo Bolsonaro, pois a política está à serviço da “produção de inverdades de todo tipo” (TIBURI, 2018, p. 10).

Considerações finais

Na fala de abertura da 74^a e da 75^a Assembleia Geral da ONU feita pelo presidente da República, estamos diante de *enunciações patéticas* (ZOPPI FONTANA, 2018), isto é, enunciações que apelam ao *páthos*, estando por isso fora da razão (*logos*). Nas duas

falas, o *páthos* está presente na polarização ideológica e nas relações de inimizade, que pressupõem a existência de inimigos internos e externos. Essas enunciações patéticas são tidas como pós-verdades, "sendo significadas como um tipo particular de relação do locutor com o acontecimento da enunciação". Essa relação se caracteriza por estar centrada no funcionamento de um nome próprio e de sua atribuição a um lugar específico de enunciação" (ZOPPI FONTANA, 2018, p. 157, grifos da autora). Em nosso caso, o nome próprio é "Jair Bolsonaro" e o lugar social é o de presidente da República.

Nas duas falas, o Locutor nega o desmatamento na Amazônia e as queimadas no Pantanal, identificando-se no interdiscurso com uma posição-sujeito neoliberal que subordina a política ambiental à política econômica. Essa negação constitui-se como uma (re)divisão do real. Ela não se dá, porém, sem contradições, devido ao político que caracteriza o espaço de enunciação, as línguas e os falantes. Vimos também que a ameaça interna, representada pelo Cacique Raoni, por Lula, pelas ONGs, está aliada à externa, sendo por isso "impatriótica". Essa ameaça externa, que reforça a unidade imaginária do "povo" construída no dizer do Locutor, materializa-se nas expressões genéricas "um ou outro país" e "interesses políticos e econômicos externos".

Finalmente, a construção de inimigos internos e externos beira o delírio e a loucura; por isso, podemos tomá-la como um exemplo do ridículo político (TIBURI, 2018).

Agradecimentos

À Camila Vieira Urtado Rocha, pelo amor e pelo apoio. Aos coordenadores do grupo de pesquisa LED – Linguagem, Enunciação, Discurso (UNICAMP-CNPq), Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira e Prof. Dr. Vinícius Massad Castro, e aos membros do grupo, pelas discussões teóricas em cada encontro. Aos membros do simpósio proposto "A performatividade de mentiras, incertezas, ficções e silêncios na gestão e no debate público", Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira, Prof. Dr. Vinícius Massad Castro, Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva e Profa. Dra. Carolina de Paula Machado, pela discussão no 68º Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL), promovido pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

REFERÊNCIAS

BORBA, M. C.; SKOVSMOSE, O. The ideology of certainty in Mathematics education. *For the Learning of Mathematics*, v. 17, n. 3, p. 17-23, 1997. Disponível em: <https://bit.ly/3LHxAFN>. Acesso em: 13 set. 2021.

BRANDÃO, R. O.; BENAYON, F. da R. Processos de produção de certezas no governo Bolsonaro: a negação da ditadura militar brasileira. In: *Pré-anais da III Jornada Internacional Semântica e Enunciação*, 2021, Campinas. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3GbSpbn>. Acesso em: 14 set. 2021.

DUCROT, O. Argumentação e 'topoi' argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (org.). *História e sentido na linguagem*. 2. ed. aum. Campinas: Pontes, 2008, p. 13-38.

ELIAS DE OLIVEIRA, S.; CASTRO, V. M. Certezas incertas. *Revista Linguasagem*, São Carlos, v. 34, Número Temático, p. 1-3, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wDIms0>. Acesso em: 15 set. 2021.

ELIAS DE OLIVEIRA, S. Certeza, sentido, conhecimento. *Revista Linguasagem*, São Carlos, v. 34, Número Temático, p. 1-20, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/733>. Acesso em: 15 set. 2021.

GOMES, L.; MANASSI, N. P.; SANTOS, N. L. Sentidos argumentativos e polifônicos de números, no discurso, com base na Semântica Argumentativa. *Letras de Hoje*, v. 51, n. 1, p. 99-108, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/21701>. Acesso em: 13 set. 2021.

GUIMARÃES, E. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, E. *Análise de Texto: procedimentos, análises, ensino*. Campinas: Editora RG, 2011a.

GUIMARÃES, E. Em torno de um nome próprio de cidade sobre a produção dos sentidos de uma origem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 53(2). p. 137-148, jul./dez. 2011b. Disponível em: <https://bit.ly/3wJDhh2>. Acesso em: 15 set. 2021.

GUIMARÃES, E. Semântica e Pragmática. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (org.). *Introdução às Ciências da Linguagem: a palavra e a frase*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2010.

GUIMARÃES, E. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 51(1), p. 49-68, jan./jul. 2009.

GUIMARÃES, E. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (org.). *A Palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes/Editora RG, 2007.

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 9. ed. Campinas: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 14 set. 2021.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

RIBEIRO, D. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais)

TIBURI, M. *Ridículo político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

ZOPPI FONTANA, M. G. Pós-verdade: léxico, enunciação e política. In: RODRIGUES DE OLIVEIRA, R. R. *et. al. (org.). Linguagem e Significação: práticas sociais*. Campinas: Pontes, 2018. v. 2.